

Os caminhos de São Paulo: migrações e trabalho urbano de agricultores mineiros*

Eduardo Magalhães Ribeiro**
Flávia Maria Galizoni***
Thiago de Paula Assis****

O artigo analisa a trajetória de agricultores que migravam anualmente para a capital de São Paulo, saindo dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais, dos anos 1960 até fins dos anos 1970, quando ficaram muito reduzidas as ofertas de empregos urbanos. O artigo investiga essas experiências simultaneamente rurais e urbanas de trabalho e conclui que elas guardam poucas relações entre si: a capacitação rural não foi útil na cidade, onde a construção civil adaptou o trabalho aos migrantes; o aprendizado urbano não afetou os sistemas costumeiros de produção; sua organização política, construída nos anos 1980 e 1990, associa-se pouco à vivência urbana. Nas histórias desses trabalhadores, as trajetórias rurais e urbanas ficaram quase alheias umas às outras, embora tenham sido mediadas pela comunidade de origem, pela solidariedade familiar e pela cultura própria às sociedades camponesas.

Palavras-chave: Agricultores. Trajetórias de trabalho. Trabalho rural. Trabalho urbano. Solidariedade familiar. Vale do Jequitinhonha. Vale do Mucuri. São Paulo. Minas Gerais.

Introdução

Entre os anos 1930 e 1980 – da expansão da industrialização ao início da retração econômica –, milhares de trabalhadores rurais saíram de Minas Gerais rumo às fronteiras agrícolas e cidades do Sudeste. Essas migrações ficaram mais acentuadas depois dos anos 1960, quando as terras começaram a se exaurir e cresceram as vantagens relativas do trabalho urbano. Nessa época, esses empregos dispensavam capacitações e contratos anteriores, eram legalizados e, principalmente, pagavam salários que permitiam aos

migrantes comprar bens que até então desconheciam. São Paulo, capital, que fora um destino ocasional de mineiros a partir dos anos 1930, tornou-se *caminho da roça* nos anos 1970. A cidade os absorveu e marcou as experiências de vida.

Muitos mineiros que tomaram esse destino eram do nordeste do estado. Saíam de regimes agrários muito diversos: de fazendas ou pequenas glebas familiares, os *sítios*. Seus propósitos também eram diferentes, pois uns migravam definitivamente para *buscar futuro* noutras terras e outros migravam para melhorar seus *terrenos* no futuro. Mas, sempre,

* Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (projeto SHA 2876/97). Colaboraram as bolsistas IC/Fapemig Ana A. Simão e Karina N. de Oliveira, da Universidade Federal de Lavras. Uma versão preliminar deste estudo foi apresentada no X Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, MG, 2002.

** Economista, professor da Universidade Federal de Lavras, pesquisador CNPq.

*** Antropóloga, bolsista CNPq, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

**** Agrônomo, mestrando no PPGA da Universidade Federal de Lavras, bolsista CNPq.

ingressavam no trabalho urbano a partir de um aprendizado familiar na *lida* agrícola.

Na migração viveram diferentes situações de trabalho e, certamente, muitos e novos aprendizados. Nos anos 1970 foram feitos diversos estudos sobre a migração rural-urbano, analisando essa entrada de agricultores num meio considerado mais complexo, que serviria para ampliar seus horizontes. Sociólogos, economistas e extensionistas rurais acreditavam que os migrantes, na volta, modernizariam costumes e técnicas nas áreas de origem, pois acrescentariam à sua bagagem recursos e hábitos urbanos. Como Turíbio Todo, personagem de João Guimarães Rosa em *Sagarana*, chegariam na estação ferroviária com chapéu panamá, lenço paraguaio e uma nova perspectiva para olhar a terra, as pessoas e as coisas; voltariam outros homens para novas práticas, *sãopauleiros*.

Essas voltas de migrantes rurais à terra, porém, nem sempre produzem esses frutos. Em alguns casos, a força dos costumes ou das restrições locais, a baixa renda auferida, a pouca densidade da trajetória urbana levam os trabalhadores migrantes a reproduzir a lógica histórica do lugar. Nesses casos, as experiências urbanas pouco contribuem para modernizar o rural: a volta definitiva ou temporária representará quase que uma perenização da condição camponesa – muito embora, sob certos aspectos, com novos horizontes –, que é fortalecida à medida que, contraditoriamente, parece se esvaír. Esta é a idéia central deste artigo: analisar como uma região que apresentou forte movimento emigratório nos anos 1960-1970 recebia de volta operários urbanos que se reconvertem em lavradores, revelando que o aprendizado das cidades nem sempre produz modernização, principalmente no sentido produtivo ou econômico.

O artigo investiga as partidas e suas motivações, a formação profissional e a vivência urbana desses migrantes; aborda, ao final, as relações entre migração, permanências e mudanças agrárias. Nas páginas seguintes são apresentados os objetivos e a metodologia da pesquisa. Na terceira

seção é comentada, brevemente, a literatura que motiva o artigo. Na quarta são analisadas as experiências prévias dos migrantes e, nas duas seções finais, suas saídas do campo nos anos 1960-1970, sua incorporação à construção civil e a volta ao rural.

A pesquisa

O objetivo deste estudo, então, é reconstituir trajetórias espaciais e pessoais de lavradores que migraram dos vales do Mucuri e Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, e unir três perspectivas analíticas que geralmente ficam separadas. De um lado, estudos sobre este meio rural que perceberam a saída de lavradores do campo, expulsos, às vezes, pela modernização agrária, mas quase sempre pelo conservadorismo rural e pela impossibilidade de sobreviver decentemente na terra que nasceram. De outro, estudos sobre urbanização que os viram chegar à cidade, principalmente a São Paulo, e se perder numa multidão anônima de “nortistas”, em cujo meio foram, pelo menos nos anos 1970, maioria. De outro lado, ainda, os estudos sobre o impacto modernizador da volta do migrante. Essas perspectivas, dissociadas nos estudos, vivem juntas nas lembranças desses mineiros, e são esclarecedoras das distâncias e proximidades entre o urbano e o rural – a referência básica do Brasil mais profundo – e das suas especificidades.

A mobilidade espacial de lavradores do nordeste de Minas data, pelo menos, de meados do século XIX e foi marcada, ao longo desse período, pelo convívio entre viagens sazonais – para colheitas na *mata* mineira, derrubadas de florestas capixabas ou paulistas – e partidas definitivas para os mesmos destinos. O acesso ou não à terra e à herança foi, sempre, o elemento definidor da duração da permanência; assim, percursos migratórios foram comuns a herdeiros e deserdados e, por isso, mesmo os rumos urbanos – como a construção civil nos anos 1960-1970 ou as praias paulistas nos anos 1990-2000 – puderam ser ocupações sazonais na medida em que se

articularam com as estratégias de reprodução da família camponesa na terra¹.

A pesquisa em que se baseia este artigo, realizada em 2000-2001, compreendeu levantamentos sobre o *sítio* e a fazenda mineira, sobre urbanização e mercado de trabalho urbano, além de entrevistas com antigos migrantes sobre o aprendizado rural, migração, fronteiras, cidades, trabalho e conhecimento urbanos, a capacitação, as impressões da cidade e a trajetória posterior exclusivamente rural. Foram entrevistados também técnicos da construção civil, para revelar o outro lado da história: a inserção dos *peões* no trabalho urbano. Usou-se, ainda, a documentação produzida nos anos 1980-90 por órgãos públicos, pastorais da Igreja Católica e sindicatos de trabalhadores rurais.

Encontrar os entrevistados demandou certo esforço, pois não existem dados precisos sobre municípios de origem e frequência de migrações sazonais. Para tanto foram cruzadas informações mais sistemáticas com fontes locais, recorrendo-se a dois estudos sobre o nordeste mineiro (Amaral, 1988; Goza e Rios Netto, 1988) que apresentam dados sobre fluxos migratórios. Em seguida, foram consultados dirigentes sindicais e religiosos que indicaram entrevistados. As entrevistas foram realizadas em municípios com perdas grandes de população rural nos anos 1960-1970, que apresentavam e apresentam forte presença de agricultores familiares, com movimentos sindicais e sociais rurais atuantes: Minas Novas, Turmalina, Chapada do Norte, Novo Cruzeiro e Jequitinhonha, no vale do Jequitinhonha; Poté, Carlos Chagas, Teófilo Otoni e Ataléia, no Mucuri. Por fim, para investigar redes migratórias e destinos, foram entrevistados migrantes retornados, originários do nordeste mineiro, que vivem em Betim e Belo Horizonte².

Foram entrevistados 33 ex-migrantes – *sitiantes*, *assentados* ou *diaristas* – com idades entre 55 e 75 anos, residentes em Minas Gerais, selecionados a partir de dois critérios: primeiro, ser homem, porque grande parte da migração rural neste período foi masculina; segundo, ter trabalhado na construção civil, que na época analisada era a porta de entrada do mercado de trabalho urbano. Na pesquisa surgiu, com força, a história das mulheres que não migraram, mas que viveram suas conquências; a dura experiência feminina, infelizmente, não foi incorporada à pesquisa. Como o artigo lida com fragmentos – matérias como memória e história, que nem sempre se conectam –, não foram quantificados percentuais de migrantes, impactos do retorno sobre o desenvolvimento ou diferenciais de renda entre rural e urbano. Dado o caráter individual das informações coletadas, optou-se por uma abordagem qualitativa, norteadas por lembranças de viagens e trabalhos. Elas surgem no texto como foram produzidas nas entrevistas: naturalizadas, incorporadas à vida, sem dores, porque para esses migrantes migrar valeu a pena, ao menos por tornar sua vida mais ampla. Os autores não poderiam, então, buscar sofrimento – ao gosto de uma sociologia que às vezes se dedica ao Jequitinhonha – nessas trajetórias que foram, sobretudo, um bom combate para afirmar uma cultura camponesa. Esses lavradores, antes de se verem como objeto nas mãos de um destino adverso, enxergam-se como sujeitos de suas histórias. Essas histórias, cotejadas com a bibliografia, são a base deste texto³.

Os *sitiantes* dos altos Jequitinhonha e Mucuri, áreas de estrutura fundiária fragmentada, são os personagens centrais deste artigo. Depois que as fronteiras agrícolas começaram a se esgotar, nos anos 1960,

¹ Sobre migração e herança consultar Moura (1978) e Woortmann (1990); sobre migrações e terra nessa região ver os trabalhos de Ribeiro (1993) e Galizoni (2000).

² Alguns autores têm analisando o retorno de migrantes mineiros, destacando-se os estudos de Carvalho *et al.* (1998), Ribeiro e Carvalho (1999) e Brito (2000).

³ Sobre a relação entre origem e destino de migrantes consultar Bilsborrow (1996); sobre memória e história ver Bosi (1979), Benjamin (1986) e Thompson (1992).

muitos deles foram para São Paulo, capital, mas sazonalmente, ocupando-se da lavoura familiar nos meses *das águas* e da construção civil paulistana nos meses *da seca*. Este é, portanto, um artigo sobre herdeiros de terras camponesas que migraram temporariamente até o final dos anos 1970. Muitos deles são vizinhos, às vezes já aposentados, que repartem impressões sobre a *labuta* na roça e lembranças do tempo de *Sãpaul*⁴.

Migração e emprego urbano

A mobilidade espacial sempre fez parte da história da população rural brasileira, principalmente de camponeses. Ela foi imposta pelo predomínio do fazendeiro sobre a terra, que raramente admitia a permanência estável de moradores e os incorporava ou expulsava de acordo com interesses e circunstâncias. Mas a mobilidade também resultava da técnica agrícola – cultivo temporário e entrega da terra ao *descanso* quando caía a produção – que forçava agricultores à busca de terras novas para plantio. Deslocavam-se, ainda, porque o grande número de filhos tornava a terra insuficiente e impunha aos deserdados migrações periódicas para fronteiras agrícolas⁵.

A partir dos anos 1930, os deslocamentos que até então rumavam para fronteiras começaram a destinar-se também às cidades. Esses movimentos “complementares e contraditórios” entre fronteiras

e cidades cresceram até o fim dos anos 1970, e eram associados à estagnação local ou ao crescimento econômico nacional⁶. Nos anos 1950 a urbanização foi acelerada e redefiniu espaços sociais e relações entre rural e urbano; abria à população rural novas oportunidades para reprodução e a liberava da sujeição à fazenda. A mobilidade se transformou em migração quando o fechamento de fronteiras ou a impossibilidade de acesso a novas terras limitaram os deslocamentos; a migração deu novo sentido social aos deslocamentos, que até então ocorreram principalmente no espaço agrário. Nas décadas de 1960 e 1970, perto de 30 milhões de brasileiros deixaram o campo em consequência do conservadorismo agrário, dos efeitos do *milagre* sobre a economia e da *revolução verde* sobre a ocupação no campo⁷.

De Minas Gerais, as maiores emigrações originavam-se do leste e nordeste. Eram fronteiras agrícolas que se fechavam – rio Doce, baixo Jequitinhonha –, fazendas que se capitalizavam – Mucuri, principalmente – ou áreas camponesas onde as terras se esgotavam – Mata, alto Jequitinhonha. A capital de São Paulo foi um dos principais destinos⁸.

Embora os estudos sobre migrações nas décadas de 1960 e 1970 as tenham considerado geralmente emigrações definitivas, muitos migrantes, particularmente os que tinham acesso à terra, as viveram como migrações sazonais. Estas

⁴ Sobre *sitiantes* da região ver Graziano (1986), Ribeiro (1996) e Galizoni (2000). É preciso diferenciar aqui *sitiantes* de *agregados*. Agregados eram produtores independentes, subordinados aos fazendeiros por relações de favor; muitos deles migraram dessa região a partir dos anos 1960, geralmente rumo às cidades ou às fronteiras amazônicas, porque jamais tiveram acesso à terra. Eles realizaram em poucos anos um movimento emigratório intenso e definitivo, pois deixavam para trás poucos bens e parentes, e sua relação com a terra fragilizava-se depois da saída. Sobre agregados consultar Martins (1981); sua presença no nordeste mineiro foi analisada por Castaldi (1957), Moura (1988) e Ribeiro (1996).

⁵ Sobre mobilidade camponesa ver Martins (1981); sobre técnicas agrícolas e migrações ver Castaldi (1957) e Ribeiro e Galizoni (2000); sobre herança e migração consultar Marçílio (1986), Woortmann (1990) e Bacellar (1997).

⁶ Singer (1973) analisou os *fatores de estagnação* ou *mudança* associados à migração; Martine (1994) analisou esses deslocamentos no longo prazo e é de sua autoria a expressão destacada.

⁷ Ver Graham e Buarque de Hollanda Filho (1980), Singer (1973), Balán (1973), Martine (1994) e Brito (2000).

⁸ Consultar, sobre o assunto, Amaral (1988), Brito e Souza (1995) e Ribeiro (1996). Alguns autores, equivocadamente, associam migrações do Jequitinhonha diretamente com plantio de eucaliptos. Na verdade, as regiões com mais fortes emigrações do nordeste mineiro jamais tiveram um pé de eucalipto plantado antes dos anos 1990. No alto Jequitinhonha o eucalipto foi introduzido na segunda metade dos anos 1970 e gerou emprego, não migrações, nos seus primeiros anos. Para uma análise parcial desta relação ver Silva (s/d. e 1988); para compreender a relação entre eucalipto, emprego e migração ver Furtado (1985), Ribeiro (1993) e Galizoni (2000).

são difíceis de serem captadas nas informações censitárias que dão base a esses estudos; mais difícil ainda é perceber o sentido mais amplo da migração para o migrante, os motivos que o levam a migrar⁹.

Na época acreditava-se num sentido francamente positivo para essas migrações: o Brasil saía, finalmente, do atraso, cristalizado num rural arcaico, e integrava-se à modernidade, superava o tradicionalismo. Nas cidades os migrantes se libertariam das relações de dependência típicas da fazenda e se tornariam mais modernos. Supunha-se que duas influências agiriam sobre eles: a individualização do urbano, que descolaria o sujeito do coletivismo da comunidade rural, e a subordinação do trabalhador às normas fabris¹⁰.

Na individualização, porém, nem todos acreditavam. Alguns autores duvidavam que a mudança para as cidades produziria relações sociais muito diferentes daquelas que existiam no rural: migrantes deslocavam-se em conjunto por rotas comuns e a entrada no mercado de trabalho urbano era facilitada pelas redes de conterraneidade e parentesco. Grupos solidários recriavam nas cidades as relações comunitárias e de convivência rurais¹¹.

Os autores que analisaram a subordinação fabril – que seria também política, cultural e, como se definiria depois, disciplinar – destacavam as mudanças nos processos de trabalho e no domínio sobre o trabalhador. Observavam que assalariamento, especialização de funções, parcelização de tarefas e a conseqüente alienação, próprias da grande indústria, distanciavam as atividades urbanas da artesanal rural. O contraste com a experiência

anterior do migrante manifestava-se desde a paisagem urbana até o trabalho, marcado por fragmentação e técnicas intensivas típicas da divisão capitalista do trabalho. A bagagem cultural do migrante deveria se adaptar às exigências sócio-culturais-espaciais do urbano, e para isso ele deveria ajustar-se às demandas, qualificar-se para os novos ofícios e abandonar as referências técnicas e culturais da vida rural. Migração era entendida como a passagem de um mundo simples, orientado por normas toscas e relações diretas entre pessoas, para outro complexo, de relações hierarquizadas; a integração urbana era acelerada pela tendência à expansão e concentração do capital que, até os anos 80, acreditava-se inerente ao urbano¹².

Muitos autores investigaram o que acontecia com esse trabalhador nas cidades, mas pouca atenção foi dispensada às suas raízes agrárias – região, condição, formação –, analisadas de forma mais ou menos homogênea, como se existisse, sempre, apenas um único rural. Assim, características, perspectivas e estratégias particulares do migrante eram pouco compreendidas. Mas isso não foi um problema das pesquisas e sim uma prioridade da época: estudava-se a urbanização, e não se reconhecia como sujeitos migrantes recém-chegados a um urbano recém-constituído; somente uns 20 anos depois eles viriam a ser considerados cidadãos.

O início da crise econômica, em fins dos anos 70, modificaria as perspectivas. O crescimento da população urbana passou a ser avaliado negativamente e percebeu-se que a expansão da indústria poderia ter fim, que a reprodução da família urbana ocorreria de muitas formas, que a organização

⁹ Bosco e Jordão Neto (1967) e Martine e Peliano (1978) observaram as dificuldades para captar essa dinâmica da mobilidade; os dois últimos autores afirmam que apenas informações qualitativas permitem compreender essas motivações.

¹⁰ Sobre as perspectivas da época consultar Bosco e Jordão Neto (1967) e Carvalho (1976). Para análises sobre o migrante no meio urbano ver Camargo

et al. (1976), Hogan *et al.* (1978), Kovarick (1978) e Potengy (1980).

¹¹ Ver Durham (1973), Berlinck e Hogan (1978), Potengy (1980) e Castro (1983).

¹² Essa perspectiva, em parte, é coerente com a percepção urbana do campo brasileiro: rústico, simples, remoto, um "mundo vazio de coisas e falta de regulamentação", conforme foi definido no estudo clássico de Carvalho Franco (1974, p. 59) sobre a sociedade rural. Nos estudos sobre migração dos anos 70 o *caipira* torna-se trabalhador urbano conservando a mesma e característica rusticidade; uma exceção notável é Durham (1973). A concepção do trabalhador rural como sujeito de sua história surgiria, definitivamente, das lutas sindicais e por terra nos anos 1980, como em Martins (1981) e Grzybowski (1987).

autônoma de trabalhadores era possível, e que seriam construídas novas alternativas familiares e migratórias para fazer face à crise e à falta de empregos. A migração para a cidade deixou de ser compreendida como a única oportunidade para ser interpretada como estratégia de sujeitos racionais; não por acaso os antropólogos foram pioneiros nessa vertente de análise. A emergência dos movimentos sociais e sindicais nos anos 80 revelou, definitivamente, uma perspectiva nova para analisar essa situação. Eles transformaram o personagem em sujeito, e assim trajetórias e estratégias tornaram-se tema de estudos. Investigar esses processos depois de 30 anos fornece aos pesquisadores o apoio da literatura e da história, que clarearam essa situação e cristalizaram algumas de suas conseqüências¹³.

Em meados dos anos 1970, o fim do *milagre econômico* e o recomeço da inflação elevada interromperam o ritmo de expansão da indústria e da construção civil, inaugurando o longo ciclo de retração que se abateria sobre a economia brasileira. A partir daí, com exceção de breves intervalos, o emprego formal não teve mais fôlego para crescimento e o mercado de trabalho tornou-se seletivo e excludente. Desde então a inserção de novos ou antigos trabalhadores no emprego urbano ficou cada vez mais difícil, e os poucos que ingressavam o faziam na informalidade ou em novas – e geralmente precárias – áreas de trabalho. Por outro lado, a modernização produtiva da agricultura passou a impor barreiras à entrada de agricultores, a reduzir drasticamente a oferta de ocupações rurais¹⁴.

Diante disso, lavradores que migravam sazonalmente para a construção civil voltaram-se para seus sítios. Mas isso foi depois. Até os anos 70, nenhuma escolha parecera a esses lavradores tão natural e ao mesmo tempo tão tentadora quanto migrar. Mesmo correndo riscos, mesmo que sazonalmente, mesmo que aparentemente despreparados para o trabalho.

Conhecimentos e viagens

Quando migravam, os agricultores já dominavam os sistemas de lavoura e coleta do nordeste mineiro. Conheciam as normas de uso de recursos comuns, sabiam lidar com a natureza, respeitavam alguns dos seus encantamentos. A família rural se organizava para trabalhar e crianças produziam ao mesmo tempo em que eram educadas; seu trabalho – incerto e limitado – somava-se aos esforços dos adultos. Aprendiam em tarefas menores: levar comida à roça, *encoivarar* lenha, *fazer* milho, tratar os animais; finalizavam ou apoiavam serviços de adultos, aprendiam experimentando em tarefas quase desimportantes, cuja rotina qualificava para o trabalho.

Mas aprendiam técnicas de produção que faziam parte de um repertório cultural muito localizado, que eram baseadas nos recursos naturais disponíveis, ajustadas ao seu emprego para lavoura, artesanato ou indústria doméstica. *Recursar* a natureza era a base da produção, da abundância e da vida. Um conjunto dinâmico de conhecimentos orientava os tratos da terra, o manejo dos animais, a lógica das coletas. Esse conhecimento crescia com as experimentações sistemáticas que eram recriadas e melhoradas por gerações, formando um saber enciclopédico sobre o meio, os recursos e as técnicas de exploração. Mas o campo de aplicação dessas técnicas era restrito ao meio explorado e aos resultados pretendidos: sua replicação era limitada, porque elas buscavam conhecer profundamente um ambiente específico e as variáveis que atuam sobre ele. Essa técnica de lavoura ajusta a produção à natureza, articulando as variáveis associadas à lavoura num espaço particular, combinando normas sociais, produtivas e regionais. As técnicas e formas de apropriação da terra desses regimes agrários eram os horizontes da formação dos lavradores que migraram: seu saber era fundamentalmente local.

¹³ Sobre a produção teórica dos antropólogos consultar Durham (1973), Sigaud (1979), Heredia (1979), Garcia Jr. (1983) e Woortmann (1990). Sobre movimentos sociais rurais consultar Martins (1981 e 1984) e Grzybowski (1987).

¹⁴ Sobre a crise pós-anos 1970 e o emprego ver Serra (1982) e Singer (1999).

TABELA 1
População (em milhares) no Jequitinhonha, Mucuri, Nordeste de Minas e Minas Gerais entre 1920 e 1960

Área	1920	1940	1950	1960
Alto Jequitinhonha	157,97	150,02	167,76	174,58
Baixo Jequitinhonha	74,65	104,00	134,48	148,47
Mucuri	163,20	261,99	345,85	506,10
Nordeste	395,82	516,01	648,08	829,47
Minas Gerais	5.886,16	6.736,42	7.717,79	9.698,12

Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1920, 1940, 1950 e 1960.

Na área rural do nordeste mineiro, antes dos anos 1970, aprendizado formal era raro: o trabalho duro, a falta de escolas perto dos *sítios* e, da parte dos pais, a impossibilidade ou a aparente falta de utilidade da escola fizeram com que poucos desses migrantes freqüentassem aulas. Raríssimos estiveram mais de três anos na escola fundamental, pois a leitura não serviria muito numa sociedade de memória, registros e comunicação fundamentalmente orais¹⁵.

Foi com um domínio avançado das técnicas da roça, pouca ou nenhuma educação formal e alguma experiência de trabalho para os outros que esses lavradores começaram a migrar¹⁶.

A população do nordeste mineiro apresentou um crescimento acima da média do estado entre os anos 1920 e 1960, período em que Minas Gerais registra um forte movimento emigratório. O uso da terra em sistemas de derrubada e queima aos poucos reduziu as áreas de matas mais férteis e limitou a produtividade agrícola, desencadeando movimentos rumo às florestas. No alto Jequitinhonha as migrações para fronteiras começaram já nos anos 1920; no baixo Jequitinhonha este fenômeno foi mais acentuado depois dos anos 1940; no Mucuri, durante certo tempo área de fronteira que recebeu migrantes do Jequitinhonha, o ritmo de crescimento populacional só começou a declinar depois dos anos 1960 (Tabela 1).

Nos *sítios*, em toda a região, a terra foi ficando pequena para tantos filhos e os preços relativos dos produtos agrícolas despencavam, num mercado que se tornava nacional. Lavradores lembram-se sem saudades da época, que no Jequitinhonha denominaram *tempo do macaco*. Sem condição de tocarem suas roças próprias, *entravam no serviço* de um fazendeiro – geralmente fazendeiros de poucos recursos, mas *dominando* alguma terra fértil – e sujeitavam-se ao *cativeiro*: uma jornada longa de trabalho pesado em troca de alimentos, sem pagamento em dinheiro, que os aprisionava numa cadeia de dependência e miséria. Por isso iam às fronteiras agrícolas¹⁷.

Para quem saía do Mucuri e baixo Jequitinhonha as rotas de migração mais freqüentes eram duas: ao sul, pela estrada Rio-Bahia até o sudoeste de São Paulo ou norte do Paraná; a outra, a leste: norte do Espírito Santo e sul da Bahia, áreas tão próximas que se confundiam numa só. Lavradores do alto Jequitinhonha raramente migravam para o leste; geralmente iam por ferrovia na rota do interior paulista ou norte do Paraná.

As fronteiras a leste foram, certamente, mais problemáticas que aquelas do sudeste, embora existissem aparentes vantagens pela proximidade e acesso fácil à terra. Sítiantes que se aventuravam no então denominado Contestado – área

¹⁵ Bosco e Jordão Neto (1967) analisaram migrações nos anos 1950 e 1960 e constataram que 63% dos migrantes eram originários de sítios próprios e 87% deles eram analfabetos. Sobre aprendizagem e formação de jovens rurais consultar Brandão (1981), Woortmann e Woortmann (1997) e Ribeiro (2001).

¹⁶ Este conhecimento é profundo, mas bem localizado espacialmente; sobre o assunto consultar Buarque de Hollanda (1957), Castaldi (1957), Brandão (1981) e Posey (1987); sobre métodos de cultivo e conhecimento consultar Woortmann e Woortmann (1997) e Galizoni (2000).

¹⁷ Sobre o histórico da fertilidade das terras ver Duarte (1972) e Ribeiro (1996). Para os lavradores do alto Jequitinhonha o fim do *cativeiro* coincidiu com as migrações; Amaral (1988) analisou essa lógica libertadora da migração.

disputada por Minas Gerais e Espírito Santo até os anos 1960 – depois de algum tempo derrubando mata para os outros conseguirem posses. Às vezes apenas demarcavam o terreno que ocupavam ou, então, trocavam bens pela posse já aberta por um pioneiro: um porco gordo, uma espingarda... Essas terras pareciam quase gratuitas aos lavradores que trabalhavam antes no sul-sudeste¹⁸.

Mas não era fácil. Em lugares pouco saudios, matas infestadas de *bichos* de todos os tipos e tamanhos, migrantes padeciam sem recurso. Além disso a fertilidade da terra era pouca: a *decoada* – a cinza da queimada das árvores filtrada pelas chuvas – dessa mata era muito forte, e a lavoura não sobrevivia. O capim colônia, pasto de primeira qualidade para boiadas, sim, agüentava bem a força da decoada. Quando os pioneiros abriam as primeiras picadas na mata as madeiras nobres já eram cobiçadas pelas serrarias; depois das derrubadas, grileiros queriam as terras empastadas, e os terrenos eram disputados por posseiros, grileiros, serrarias e criadores. Lutas por terra desembocaram em surtos messiânicos, e o maior deles foi o “Estado União de Jeová”, nos anos 1950, movimento religioso e político de uma tropa de combate e oração formada por centenas de lavradores que andavam pela mata expulsando fazendeiros e grileiros. Embora tenham permanecido terras de livre acesso quase até os anos 1970, os conflitos violentos contribuíram para que aquelas fronteiras

fossem evitadas por quem desejava posse ou emprego¹⁹.

Por isso, apesar da distância, as fronteiras ao sul – Pontal do Paranapanema e norte paranaense, principalmente – eram preferidas; para lá foram jovens herdeiros mineiros buscar empregos, pois quando chegaram lá os *paulistas* já dominavam as terras. Às vezes migravam com a família para melhorar o ganho, pois o sistema de colonato usado nas lavouras de café e mantimentos ocupava a família inteira. No colonato a renda em dinheiro demorava a aparecer, pois a *lavoura* teria que produzir para ressarcir os gastos em trabalho; por isso essas migrações, mesmo que temporárias, demoravam dois, três anos²⁰.

Nas fronteiras agrícolas do Sul e Sudeste do Brasil as ofertas de trabalho eram abundantes. Fazendeiros procuravam os mineiros e a cada ano que estes retornavam encomendavam que trouxessem novos trabalhadores, aos quais pagavam bons salários. Era dura, pesada e arriscada a jornada nos *sertões*, mas com rendimento garantido, bem diferente do *cativeiro* da fazenda mineira. Na perspectiva dos mineiros entrevistados a fronteira era boa: trabalhadores solteiros iam para lá no período da entressafra; sianties deixavam a família no *terreno* e faziam este percurso por uma safra, por um ou dois anos, às vezes deixando em Minas Gerais pronta a derrubada para a roça que mulher e filhos plantariam até exaurir a força daquela terra; ao final deste tempo retornavam. Faziam

¹⁸ Nos anos 1950, um dia de serviço em derrubadas em São Paulo ou Paraná era pago a Cr\$ 45,00; este era o preço de um alqueire de posse de terra na mata do norte do Espírito Santo, segundo depoimento de IRC (entrevista, Ataléia, 2001).

¹⁹ Esses conflitos foram descritos assim: “[...] duas centenas de posseiros se dirigem ao povoado, armados de revólveres, espingardas e facas, e promovem um comício, com pronunciamentos do líder Udelino de Matos [...] O primeiro orador concitou os moradores a aderir ao movimento por ele iniciado e que consistia em invadir as terras alheias, pois estava autorizado a assim proceder. Aqueles que não quisessem aderir teriam as línguas arrancadas e penduradas nas portas de suas casas e as orelhas salgadas e guardadas para exemplo aos demais. [...] Udelino de Matos se diz delegado federal dos lavradores, nomeado pelo presidente da República para dirigir o novo estado que havia sido criado [...] com o nome de ‘União de Jeovah’. Udelino carregava consigo um caderno de papel almaço com o emblema da República do Brasil e, no seu interior, vários papéis cheios de selos, dizendo ser o título de sua nomeação. Conduzia, ainda, uma bandeira verde com uma faixa branca, dizendo ser a bandeira do novo estado. [...] Diariamente reunia o pessoal, pela manhã e à tarde, e obrigava-o, de joelhos ao chão e de mãos estendidas, a receber a bênção ministrada por ele. Todos trabalhavam sem remuneração, sendo ainda obrigados a custearem sua alimentação. Diariamente Udelino, na ocasião em que reunia o pessoal, dizia-se plenamente garantido pelas Forças Armadas da Nação.” (Dias, 1984, p. 59). Lembranças desses combates permaneciam na memória das pessoas meio século depois: o senhor SNC, de Ataléia, narra que seu pai fora à *guerra* como guia militar; os combatentes de Udelino, na melhor tradição indígena, *envultavam*, quer dizer, transformavam-se em árvores, cupins ou tocos, no momento da chegada dos soldados; o pai do senhor SNC *desenvultava* os posseiros revoltados.

²⁰ Sobre colonato consultar Martins (1979); sobre a ocupação dessas fronteiras do Sul-Sudeste nos anos 1940-1950 ver Waibel (1979); para uma descrição da dinâmica dessa migração na perspectiva do mineiro consultar Castaldi (1957).

essas viagens em grupos saídos de um mesmo local, parte da jornada a pé. Economizavam na viagem, no ganho das lavouras, nos serviços a dia, na comida – aproveitando que a produção era farta, pois chovia o ano inteiro no Paraná e no Pontal e em qualquer época era possível plantar. Sempre voltavam para um período de trabalho no terreno da família.

Foram essas voltas a Minas que fizeram a fama da migração. Com relógios e boas roupas, com sapatos e rádios de pilha, eram os *sãopauleiros*. Eram cortejados pelos comerciantes *fortes* das suas cidades, onde até os ricos desconheciam aqueles luxos; podiam mandar os lojistas descerem os produtos das prateleiras mais altas, onde ficavam os bens de maior preço, e nas estradas, onde alguém via um rastro de sapato já sabia: ali passara um *sãopauleiro*. Com as moças o sucesso era certo:

Cheguei, tinha um cartaz. Rapaz, todo canto que eu ia: uma namorada, duas... Pensei: como é que um capeta preto, feio igual eu, arranjava namorada desse jeito? Mas nessa época – eu vou falar pra' o senhor uma verdade – quando elas via falar: 'Chegou um *sãopauleiro!*' – eu não era: falava mais *sãopauleiro*, cê podia ter andado pelo Paraná e tudo – ele tomava um cartaz! Desse povo aqui tudo! [...] Tinha cartaz muito mais que os que era daqui; chegava com uma roupinha mais invocada, bem calçado... Roupa, calçado e o dinheirinho pra fazer farrã. [...] Roupa e sapato; chegava nos 34, bem vestido. Tem um dizer: roupa quando vem pronta falava 34. Aquelas roupas boas, paraguaião no pescoço – aqueles lenção que tem, eles tratavam de lenço paraguaião. [Arranjava] cada namorada bonita! Eles [os outros rapazes] ficavam sobrando mesmo. (entrevista, ZZT, Turmalina, 2001)

No correr da década de 1960 a situação nessas regiões de fronteira piorou muito. Migrantes que lá viveram já no final desta ocupação de terras relatam a decepção com o trabalho, com as condições de vida e, principalmente, com as poucas ocupações e a baixa remuneração. Então, quando

cresceram as linhas de crédito que induziram à mecanização agrícola, quando os cafezais foram sendo substituídos pela soja e quando os migrantes ficaram sem serviço, a fortuna não sorria mais no interior paulista e no norte paranaense. Os mineiros passaram a buscar outros destinos e foi assim que rumaram para São Paulo, capital. Nos relatos, há uma seqüência: experimentaram o Contestado, ou Paraná, ou o Pontal; com o fim dessas fronteiras migraram – em grupos, temporariamente, também – para fronteiras urbanas.

Foi um conjunto de circunstâncias que os conduziu para a capital de São Paulo nos anos 1960: esgotamento da terra e dos regimes agrários, *revolução verde* e melhoria de transportes, fechamento de fronteiras, salários baixos e, depois, aposentadorias rurais e monetarização do campo.

Mas, além disso tudo, havia a atração da cidade. Ela não pode ser desconsiderada. Os salários pagos em São Paulo nos anos 1960 eram elevados o suficiente para retirar sítiantes de seus *terrenos*, e comparando salários do rural mineiro e do urbano paulistano na época ficam evidentes as diferenças. Em Minas Gerais eram pagos alguns dos salários rurais mais baixos do país. Os mercados de trabalho e bens eram precariamente unificados até os anos 1970. No nordeste mineiro, um vaqueiro de renome, com anos de bons serviços prestados, costumava receber meio salário mínimo mensal; embora, obviamente, recebesse benefícios indiretos sob a forma de rendas não-monetárias – terra para plantar sem pagamento de foro, aval do fazendeiro para negócios, pasto para criar seu gado *embolado* com o rebanho da fazenda, direitos à pesca, lenha, caça e coleta –, isto passou a ser considerado, definitivamente, uma *tutaméia*, uma insignificância, diante do que seria possível receber em São Paulo. Foi na busca de novos rumos que, à medida que chegavam boas notícias da construção civil, mais necessário se tornou esse destino, construído pela família e a comunidade²¹.

²¹ No correr dos anos 1970 essas diferenças salariais diminuíram porque cresceu a oferta de trabalhadores nas cidades, decresceram os salários urbanos, e os preços de bens e salários em Minas se elevaram quando se integraram ao mercado nacional. Sobre o assunto ver Rache (1957) e Bacha (1979); sobre rendas de trabalhadores rurais no nordeste mineiro ver Duarte (1972), Moura (1988) e Ribeiro (1996).

É preciso esclarecer que até os anos 1960 a capital de São Paulo e as fronteiras agrícolas – no Paraná, São Paulo, Espírito Santo ou Bahia – não foram destinos excludentes: o migrante poderia aventurar na fronteira e daí retornar à sua comunidade rural, para então experimentar a capital e, dependendo dos resultados, retornar à comunidade ou à fronteira. Dadas essas combinações entre interesses, atividades e destinos, as famílias da região se repartiram entre cidades do Sudeste, velhas e novas fronteiras, espalhando-se pelo espaço com uma lógica que só pode ser entendida à luz das complexas razões da época, da comunidade e do sujeito que migrava²².

As migrações para São Paulo – o rumo principal – foram opções a ou prolongamentos de permanências em fronteiras agrícolas. Embora possam ser consideradas, e geralmente sejam, deslocamentos de tipos diversos e tratadas separadamente pelas especificidades de cada destino, suas motivações fundamentais eram as mesmas e também eram os mesmos os sujeitos que as viviam, apesar das diferenças de costumes e usos do espaço. Entre fronteira agrícola e emprego urbano existiu uma continuidade: fronteiras eram, no relato dos entrevistados, um aprendizado; lá eles conheciam dinheiro ao vivo, novos sistemas e produtos, oportunidades diferentes. Mas, sobretudo, duas lições eles guardaram: aprenderam a conhecer as estradas, perdendo o temor das grandes distâncias, e ganharam confiança nas redes pessoais de relações, entretecidas nos percursos para o Pontal, o Contestado e o Paraná. Na medida em que essas estradas e redes se ramificaram pela capital de São Paulo, quando se embrenharam por ela já

contavam com a articulação protetora da comunidade. Por isso é necessário compreender fronteiras, cidades e, depois, movimentos sociais e lutas por terra como uma mesma história.

Em São Paulo

Em São Paulo estes lavradores receberam o apoio de redes solidárias e informais, relações pessoais e familiares que atraíam, apoiavam, inseriam e relacionavam o trabalhador com a cidade, o trabalho e a comunidade de origem. Elas facilitaram entrar no urbano, no mercado e no emprego²³.

Desde as primeiras viagens já seguiam em grupos, guiados por companheiro já conhecedor da cidade. Os experientes indicavam rumos, defendiam os novatos das armadilhas das estradas, conheciam as melhores empresas, e a *companheiragem* se fortalecia no emprego. Grupos de mineiros de uma mesma família ou comunidade eram sempre *fichados* numa mesma firma; criavam com essa empresa uma relação de fidelidade que os unia por longo período. Na firma formavam grupos coesos e protetores de camaradagem, trabalho, moradia e alimentação; ocupavam um mesmo alojamento, repartiam despesas e serviços básicos, nos finais de semana passeavam juntos, sempre nos mesmos lugares e programas, encontrando grupos de conterrâneos que estavam em outras empresas. Nas redes urbanas circulavam as mesmas notícias das comunidades mineiras, e até, acreditavam, fuxicos novos vindos de Minas Gerais corriam melhor e mais rápido em São Paulo²⁴.

A firma de construção civil também reproduzia a comunidade de origem. Suas

²² Isso era possível apenas para sitiantes ou seus filhos. Sobre deslocamentos entre cidades e fronteiras consultar Martine (1980); sobre migrações do nordeste mineiro consultar Martins (1984), Amaral (1988), Rios Netto e Vieira (1990), Ribeiro (1993), Ribeiro e Galizoni (2000) e Galizoni (2000).

²³ Para análise da importância da família nas estratégias migratórias consultar Durham (1973), Hogan *et al.* (1978), Potengy (1980) e Castro (1983).

²⁴ Ver Potengy (1980) sobre este aspecto. O senhor JB, de Chapada do Norte, revelou em entrevista (fevereiro de 2001) que no “Sucão” da praça da Sé paulistana, nos domingos dos anos 1970, só o *japonês* que atendia ao balcão não era natural de Chapada. Gente do vizinho município de Minas Novas, dizia ele, era encontrada aos sábados na discoteca Som de Cristal. Em São Paulo, Belo Horizonte e Betim – além, é lógico, de outros centros – existem bairros inteiros habitados por pessoas originárias de um mesmo município e ruas onde vivem apenas parentes vindos de uma mesma comunidade rural. Isto, às vezes, dá grande organicidade aos movimentos urbanos de luta por moradia ou terra. O assentamento Dom Orione, em Betim, analisado em Medeiros (2001), é um desses exemplos.

relações de trabalho foram personalistas, patriarcais ou – ao gosto da sociologia dos anos 1960 – *tradicionais*, e não apenas modernos contratos formais entre empregado e patrão. A empresa valorizava os grupos de amizade, moradia e trabalho do migrante, as relações entre conterrâneos e parentes, e dava ao trabalho urbano certa semelhança com o trabalho familiar na comunidade rural. As firmas investiam nessa imagem familiar e protetora: alertavam sobre os perigos da cidade, onde bandidos, traficantes e prostitutas cobiçavam o rendimento suado dos migrantes; ofereciam a proteção do alojamento, o refúgio patriarcal e solidário do qual raramente saíam, recriando nos anos de *milagre* e em São Paulo a mesma relação que unia o sitiante à comunidade e a rede intrincada de laços da sociedade rural. Ao final de algum tempo os trabalhadores poderiam mudar de empresa, mas, qualquer que fosse a mudança, na nova empresa recriariam o grupo de amigos de origem, ou só ingressariam nela se existisse este grupo, que cimentaria seus laços no novo trabalho²⁵.

Mas na firma o trabalho dos migrantes passava por mudanças importantes. Primeiro, entravam num mercado de trabalho, quer dizer, a força de trabalho tornava-se mercadoria, algo que, tratando-se de sitiante, nunca havia sido antes, a não ser parcial e precariamente. Segundo, ingressavam num mercado de trabalho urbano, que apartava a produção das estações do ano e, aparentemente, das relações pessoais do trabalhador. Terceiro, integravam-se a um mercado que, acreditava-se, demandava uma força de trabalho razoavelmente capacitada.

Para os migrantes, no entanto, essas mudanças não eram importantes. Antigos trabalhadores sazonais na construção civil garantem que a falta de *leitura* ou de conhecimento do trabalho urbano não comprometeu seu desempenho. E isso porque

havia semelhança nos instrumentos de trabalho, porque a capacitação acontecia rapidamente e no próprio serviço, e porque a hierarquia da firma, formada por pessoas da mesma origem, adaptava o trabalhador ao trabalho, à empresa e ao ofício.

Na atividade de entrada da construção civil – o ofício de servente – as ferramentas realmente não eram diferentes daquelas do trabalho rural. Sua jornada era esforço físico reduzido à expressão mais elementar; fragmentado, simplificado, taylorizado, combinava o estímulo do salário à simplificação da execução. Os instrumentos – pá, enxada, picareta, serrote, *carrinhola* – eram os mesmos da *lida* na lavoura, embora na firma recebessem os atrativos adicionais do pagamento, da jornada de trabalho definida e do estímulo da hora-extra. No ingresso no trabalho urbano essas mudanças eram avaliadas de forma muito positiva. As firmas podiam receber lavradores que mudavam temporariamente de local de trabalho; na cidade, variavam ritmo, duração e sentido do comando hierárquico, mas não o instrumental; mudavam a relação com o trabalho, mas não o esforço; mudavam de ambiente, mas permaneciam, em parte, na mesma comunidade.

O aprendizado da vida urbana obedecia aos mesmos princípios. Ao contrário do que se acredita, esses migrantes têm certeza de que a vida e o trabalho na cidade são mais simples que no campo. A cidade, construída pelos homens, é feita para ser facilmente compreendida e utilizada: o traçado é racionalizado para que as pessoas se desloquem, se encontrem e se localizem. O espaço rural, ao contrário, tem leis próprias, é arduo e em certa medida descontrolado. Da mesma forma, as etiquetas dos procedimentos rurais exigiam observar normas, hierarquias e ritualidades que, além de diversos num mesmo local, variavam muito de uma para outra localidade²⁶. Antigos migrantes afirmam que a cidade é *fácil*,

²⁵ Nenhum entrevistado fez referência a desrespeito de direitos trabalhistas; eram sempre *firmas boas*. Mesmo aqueles que depois ingressaram no sindicalismo referem-se à correção das empresas. Quando não conseguia emprego imediato, o trabalhador poderia alugar-se com amigo ou parente, mas preferia o barracão da própria empresa que iria contratá-lo. Outras vezes, acabada uma obra, o trabalhador permanecia no alojamento até começar nova obra ou surgir novo emprego.

²⁶ Antônio Bispo de Portugal descreveu a ritualidade das relações sociais no Jequitinhonha em Ribeiro (1996); Faria (1960) romanceou essas relações da fazenda e o lugar que cada pessoa ocupava na casa de sede; Castaldi (1957) e Duarte (1972) descreveram essas relações hierarquizadas que combinavam parentesco, compadrio e trocas ritualizadas.

embora perigosa; passados 30 anos, poderiam sair do nordeste mineiro, chegar à rodoviária paulistana, embarcar no metrô, procurar endereços onde foram empregados, reencontrar as praças e viadutos que construíram. Localizam de memória edifícios públicos e lojas; lembram-se dos prédios, sua cor, ordem e altura; descrevem a cidade que conheceram. Mas ela é perigosa porque há trânsito, roubos e crimes.

A jornada de trabalho urbana era diferente pela extensão e ritmo: alheia ao trabalhador e à natureza, regulada por tarefas fixas, cotas de serviço e estímulos em dinheiro. As metas de produção dependiam da capacidade média do trabalhador. Em alguns casos, quando entravam na firma, os lavradores desconheciam a relação entre meta da tarefa e pagamento em dinheiro e abusavam do esforço físico, que acreditavam ser a condição para ascensão funcional. Depois aprendiam os parâmetros do esforço e, não só se adaptavam, como freqüentemente dobravam o ganho numa jornada.

Foi assim que as firmas resolveram a capacitação técnica, sem despesas e sem muito sofrimento para os trabalhadores. Ingressando na condição de serventes – como os aprendizes no artesanato e as crianças nas lavouras –, auxiliavam um pedreiro ou carpinteiro que conhecia o ofício. Os chefes imediatos, e às vezes todos os chefes, eram da mesma origem dos serventes; ocorria freqüentemente de oficiais, encarregados ou mestres-de-obras conduzirem o trabalhador desde a comunidade rural até uma empresa; depois o orientavam no aprendizado do trabalho e das normas da firma, e protegiam-se solidariamente como grupo de conterrâneos. O chefe avaliava a motivação, inteligência e capacidade dos seus ajudantes. Selecionava-os aos poucos, fazia testes em tarefas simples, conhecia os desempenhos. Essa avaliação era rapidamente coletivizada, e oficiais, encarregados e mestres-de-obras,

junto com a capacitação do trabalhador, produziam um histórico de suas aptidões. Às vezes uma avaliação positiva promovia o servente a oficial – *classificava*, como se dizia – antes mesmo do pedido do trabalhador. A seleção e capacitação produzidas no e a partir do trabalho transformavam rapidamente – e, principalmente, com custos mínimos – migrantes rurais sem qualificação e escolaridade em pedreiros, encarregados, mestres-de-obras²⁷.

Como a capacitação era interna, o trabalhador que ascendia à chefia conhecia bem o processo por haver vivido todas as etapas do trabalho, como servente, meio oficial ou oficial. Sua ascensão, consensual e solidária, era apoiada por chefes e colegas. Por isso aqueles que chegaram à chefia descrevem um mando sem peso, baseado em liderança e carisma, mais em capacidade que autoridade delegada pela firma. Mestres e encarregados brotavam do mesmo meio que produzia o trabalhador; combinavam saber e mando, como na experiência passada de trabalho rural. Os chefes formavam sua turma na firma, apartando seu pessoal do conjunto de *peões* de várias origens; escolhendo companheiros de qualidade profissional reconhecida, montavam equipes respeitadas que, valorizando-se, valorizavam as chefias capazes²⁸.

Assim é possível repensar as diferenças entre as experiências rural e urbana de trabalho. Os migrantes passaram de um meio complexo, marcado pelas normas e preceitos coletivos rigorosos da comunidade sitiante – onde a família valia mais que o indivíduo –, para outro mais mercantil e, quase sempre, em muitos aspectos mais simplificado. A passagem de um para outro aprendizado foi integrativa; a cidade exigiu mais o aprendizado de um código de conduta que uma reforma cultural. A universalidade e simplicidade das normas urbanas permitiram um aprendizado rápido, inclusive porque mais pessoas as compreendiam e ensinavam. Os sistemas de chefia e capacitação baseados em saber

²⁷ Martine e Peliano (1978) observaram que o trabalho de servente em São Paulo absorvia uma grande proporção dos recém-chegados; notam também que havia uma possibilidade de rápida qualificação desses migrantes no emprego.

²⁸ Potengy (1980) analisou esse tema; ver depoimentos em Ribeiro, Galizoni e Assis (2003). Um entrevistado relatou que, às vezes, exigia por escrito as ordens de colocariam sua turma em risco; ele não lia e então pedia o favor a um servente. Exigindo a ordem formal – o que não era freqüente –, negociava condições menos penosas para seu pessoal.

e méritos tornaram o ajuste do migrante barato, rápido e auto-regulado, pois entregou aos próprios trabalhadores a responsabilidade de disciplinar, urbanizar e formar profissionais.

Os sitiantes que trabalharam em São Paulo guardam detalhes do aprendizado do trabalho rural, mas raramente do aprendizado urbano. Difícil, acreditam, é conhecer *terra de futuro* para fazer roça, distinguir madeiras pela *grã* e *feitio*, apartar num lote o burro que não será *niquento*; estes são conhecimentos artesanais e completos. Na cidade e na firma o que aprenderam foi a fração de um saber maior, a parte que demandava mais esforço físico; guardariam mais a lembrança do esforço que do aprendizado urbano, cujo poder transformador e utilidade são menores do que aparenta.

Pode-se concluir que uma conseqüência obrigatória da volta ao sítio foi levar ao campo a simplicidade transformadora do urbano. Mas isso só ocorreu, em parte, onde as regras de convívio social estavam mais frágeis, decompondo-se pela força da *revolução verde* e das migrações definitivas para a região amazônica, como em áreas do Mucuri e baixo Jequitinhonha.

Viagens e poupanças

Boa parte da migração desses mineiros foi sazonal, principalmente aquela originária do alto Jequitinhonha. Muitos lavradores relatam que, durante anos, ou mesmo duas décadas, iam a São Paulo *nas secas* e retornavam à lavoura *nas águas*; iam buscar recursos, alavancar o sítio e consolidar-se como produtores. A firma paulistana contava com isso: arriscava menos contratando conhecidos e adaptando seu ritmo àquele das lavouras, pois era certo perder a maior parte dos seus contratados *nas águas*. Esta rotina por vezes revoltava os engenheiros, que consideravam irracional a mobilidade. Isto, porém, não alterava a relação entre firmas e migrantes: desde a contratação,

esses mineiros avisavam que se demitiriam em outubro, e quando rescindiam o contrato, encarregados pediam que trouxessem parentes e amigos no próximo ano. Acertavam as contas, e não havia oferta de aumento de salário, hora-extra ou promoção que os retinha em São Paulo. No ano seguinte, depois das primeiras colheitas, estavam de volta à firma. Não queriam permanecer empregados fixos mesmo quando conseguiam, depois de longos anos, galgar a hierarquia e comandar um grupo especializado de oficiais.

Durante anos esses trabalhadores fizeram da viagem sazonal rural-urbano-rural uma rotina: aprendiam um novo ofício, retornavam *nas águas* ao velho ofício. Esta aparente dicotomia, que raramente é compreendida por educadores, mediadores e extensionistas, não existe para migrantes: eles a entendem como necessidade, continuidade e complementaridade. Associam suas comunidades a família, plantio e herança, e lhes parece natural voltar depois de partir. Tornar a Minas Gerais era a condição para consolidar, por meio do trabalho, uma herança que já era sua por descendência. Herdavam terra que outros irmãos não herdariam, mas a recebiam sem equipamentos ou recursos, sem engenhos ou animais, sem gado ou alambique, sem *fábrica* de rapadura ou farinha; daí a importância da migração para criar patrimônio familiar. Sem migração e, portanto, sem equipamentos, ficariam sujeitos a uma estação seca minguada e desocupada, com a família consumindo apenas o que produzira na última estação *das águas*. Os sitiantes que foram migrantes sazonais lembram-se do trabalho duro, das horas-extras, da *queima de latas* que barateava a alimentação, tudo para formar uma poupança. Um sacrifício dobrado: trabalhar muito e consumir o mínimo, para formar patrimônio. Para alguns, os primeiros anos depois do casamento foram de migração sazonal, que talvez tivessem se prolongado se a capacidade de gerar empregos da construção civil não se esgotasse no final dos anos 1970²⁹.

²⁹ As viagens ganhavam impulso depois que constituíam família: todos os entrevistados casaram-se com moças da sua comunidade. Sobre migração e estratégias de reprodução ver Garcia Jr. (1983) e Woortmann (1990); sobre o assunto no Jequitinhonha ver Ribeiro e Galizoni (2000) e Galizoni (2000).

A poupança realizada em São Paulo viabilizou, depois, o fortalecimento da sua posição como sitiante *forte*, bem estabelecido, dono de animais, gado e engenho. A segurança do emprego paulistano estimulava a regularidade da viagem, e esta baseava a formação do patrimônio, que cresceu enquanto migravam e poupavam para melhorar de vida.

A transferência dessa renda urbana para o nordeste mineiro, principalmente para o Jequitinhonha, deve ter sido expressiva nos anos 1960 e 1970. Seu volume é difícil de ser estimado por causa das imprecisões da memória, das mudanças de moeda, dos diferentes salários dos diversos ofícios na construção civil.

A renda da migração – que existiu também em outras regiões rurais mineiras de forte emigração, como a Zona da Mata e o sul – contribuiu para integrar a economia local à nacional e difundir hábitos urbanos de consumo. Mas, nas áreas de presença mais densa de sítiantes no nordeste mineiro ela não foi suficiente para criar novas atividades econômicas ou capitalizar a indústria, agricultura ou serviços locais. Parte dos recursos amealhados na migração sazonal foi convertida em consumo familiar, em despesas com alimentação da família que permanecia, o *forneçamento*; outras partes deles acabaram investidas na compra de novas áreas de terra, adquiridas na comunidade, viabilizando migrações definitivas de parentes para o Sudeste ou para o meio urbano da própria região; ou foram empregadas na melhoria da estrutura produtiva dos *sítios* familiares. Gastando em *mantimentos*, terras ou equipamentos, ao mesmo tempo esterilizaram ativos e reproduziram a dinâmica histórica da economia rural da região. A renda da migração animou algumas transações e monetarizou a economia local, mas como foi alocada em atividades costumeiras e bens importantes apenas na localidade, fortaleceu a base tecnológica e produtiva já existente. De outro lado, não foi de muita valia no meio rural a capacitação adquirida na construção civil: numa sociedade camponesa em que quase todos os homens foram migrantes existem centenas de pedreiros, carpinteiros e armadores,

todos habilitados para a produção fabril, mas redundantes para as artes do ofício conforme eram demandadas em sua própria região. A migração não modificou as condições de produção; antes, serviu fundamentalmente para conservar os costumes produtivos, a terra no *bolo*, o forte saber local, o regime agrário.

Mesmo os movimentos e lutas sociais rurais, que têm forte presença no nordeste mineiro, surgiram mais à margem que em consequência das migrações. Eles foram se politizando lentamente, a partir de redes vicinais de reflexão, mediados por conquistas cotidianas de direitos, animadas pelas comunidades eclesiais de base – CEBs. Os sítiantes politizavam-se justamente na volta para casa, no enfrentamento de temas como a terra, crédito, saúde, sistemas de lavoura: assuntos camponeses, que deram a base para associações, sindicatos, pastorais, movimentos. Enquanto foram migrantes temporários, muitos deles permaneciam, se é que pode ser expresso assim, *politizados* no nordeste mineiro e *despolitizados* em São Paulo. Dirigentes do nascente sindicato de trabalhadores rurais de Novo Cruzeiro *na seca* eram *peões* na construção em São Paulo, onde jamais participavam do sindicato: “São Paulo era trabalho. A luta era aqui, na terra”. Foi a partir dessa organização que estreadam em ocupações de fazendas em 1988.

Os personagens principais dessas lutas – sítiantes, animadores, sindicalistas, religiosos – valorizavam sobretudo os laços com a terra: a base e a luta eram locais, específicas; disso retiraram sua força. As lutas sociais emergiram numa perspectiva crítica à migração, usando como motes a família desenraizada na cidade grande, a opressão do latifúndio, a ausência de direitos e a necessidade de criar alternativas para viver na terra. Os documentos dos movimentos populares, sindicais e religiosos dos anos 1970 revelam essas perspectivas: amparavam-se na Bíblia e nos velhos hábitos, nos tratos históricos concertados no rural em defesa da terra; apoiavam-se na legitimidade dos costumes e, no estreito espaço entre o legítimo e o permitido nos anos de ditadura, fundamentavam as demandas

sobretudo na tradição. Migração – antes de ser interpretada como um caldo de cultura para lutas cidadãs, por unir demandas rurais, de um lado, e prática e organização sindical urbana, de outro – surgiu muito negativamente nos documentos e principalmente na fala dos lavradores nessa época. Acreditava-se que migração desenraizava o lavrador, destruía a família, nada acrescentava, além do sofrimento, ao miserável sustento³⁰.

No entanto, muito civilizadamente, essas viagens e poupanças contribuíram para melhorar muito a região. Serviram para pôr fim ao *tempo do macaco*, para monetizar o trabalho alheio e o seu próprio, para estabelecer a equivalência entre suor e dinheiro. Isto fica claro por meio de evidências indiretas: no redesenho que as migrações impuseram à partilha dos terrenos comunitários, na valorização cultural dos equipamentos produtivos rurais, nas

boas moradias que ergueram no *sítio* e no lote urbano. No alto Jequitinhonha a poupança do migrante monetizou a economia, permitiu a migração definitiva de parte da população das comunidades e estimulou uma discreta concentração dos recursos naturais, que foi vital para a continuidade do tradicional sistema de lavoura dos *sítios* camponeses.

Esses trabalhadores conciliaram duas vivências e as combinaram para incorporar alguns aspectos, somente, da experiência urbana. Fizeram *bricolages* com saberes urbanos e rurais que provocaram discretas rupturas nas suas localidades e garantiram para si relativa autonomia produtiva. Mas não introduziram inovações técnicas que modificassem a lógica da produção, os fluxos de renda, o processo de desenvolvimento. Migrar, como afirmam, foi a solução para continuar sendo *sitiantes*, e *sitiantes* – definitivamente – mais *fortes*.

Referências bibliográficas

AMARAL, L. **Do Jequitinhonha aos canaviais**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Belo Horizonte: Fafich-UFMG, 1988.

BACELLAR, C.A.P. **Os senhores da terra**. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

BACHA, E.L. Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 9(3), dez. 1979.

BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 5, 1973.

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. In: **Obras escolhidas**, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERLINCK, M.T. e HOGAN, D.J. Adaptação da população e “cultura da pobreza” na Cidade de São Paulo. In: HOGAN, D.J. et al., **Cidade: usos & abusos**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

BILSBORROW, R.E. The state of art and overview of the chapters in migration, urbanization and development: new directions and issues. **Proceedings of Symposium on Internal Migration and Urbanization in Developing Countries**. Nova York, 22-24 January, 1996.

BOSCO, S.H. e JORDÃO NETTO, A. **Migrações**. São Paulo: SEAGRI/SP, 1967.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, colher, comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

³⁰ Sobre a releitura crítica da tradição ver Thompson (1998). Na introdução da cartilha *O herói esquecido*, editada pela Comissão Pastoral da Terra do Mucuri nos anos 1970, o prefaciador narra a história de seu Benício, que estava indo “por estes dias para São Paulo” pois em Minas não há mais lugar para ele; o prefaciador espera que na cidade a vida de seu Benício “não se esbarraque” antes de os lavradores conseguirem encontrar seu próprio caminho. Como em tantos outros documentos da época, o destino surge aqui como sombrio para o trabalhador que migra para a cidade. Ver Ribeiro (2001) sobre textos de CEBs e do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

- BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, Caxambu, MG, novembro de 2000. **Anais...** ABEP, 2000.
- BRITO, F. e SOUZA, J. de. Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil. SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 7, Diamantina, MG, 1995. **Anais...** 1995.
- BUARQUE DE HOLLANDA, S. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- CAMARGO, C.P.F. de, CARDOSO, F.H., MAZZUCHELLI, F., MOISÉS, J.A., KOVARICK, L., ALMEIDA, M.H.T. de, SINGER, P.I. e BRANT, V.C. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola, 1976.
- CARVALHO, J.O. de. **Migrações campo-cidade**: algumas considerações sobre a fixação do homem ao campo. Brasília: Minter, 1976.
- CARVALHO, J.A.M., BRITO, F., RIBEIRO, J.T. e RIGOTTI, J.I. Minas Gerais: uma nova região de atração populacional? SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 8, Diamantina, MG, 1998. **Anais...** 1998.
- CARVALHO FRANCO, M.S. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1974.
- CASTALDI, C. A aparição do Demônio no Catulé. In: PEREIRA DE QUEIRÓZ, M.I. (org.), **Estudos de Sociologia e História**. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.
- CASTRO, S.P. **A adaptação de migrantes rurais na região da Grande São Paulo nos diferentes períodos de sua transformação industrial** – um estudo de caso. Dissertação de mestrado. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1983.
- DIAS, L.N. **Massacre em Ecoporanga**. Lutas camponesas no Espírito Santo. Vitória: s/e., 1984.
- DUARTE, J. **Vultos sem história**. Belo Horizonte: s/e., 1972.
- DURHAM, E.R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FARIA, N. de. **Tiziu**. Belo Horizonte: s/e., 1960.
- FURTADO, D.B. **Posseiros e despossuídos**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: FAE-UFMG, 1985.
- GALIZONI, F.M. **A terra construída**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.
- GARCIA JR, A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GOZA, F.W. e RIOS NETTO, E.L. O contraste de experiências migratórias em quatro municípios do Jequitinhonha. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, Olinda, PE, outubro de 1988. **Anais...** ABEP, 1988.
- GRAHAM, D.H. e BUARQUE DE HOLLANDA FILHO, S. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H.A. (coord.), **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Etene/BNB, 1980.
- GRAZIANO, E. **A arte de viver na terra**. As condições de reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha. Dissertação de mestrado. Itaguaí: CPGDA-UFRRJ, 1986.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1987.
- HEREDIA, B.M. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOGAN, D.J., KOVARICK, L., SILVA, L.A.M., BERLINCK, M.T. e PAOLI, M.C. **Cidade**: usos & abusos. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- KOVARICK, L. Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho. In: HOGAN, D.J. et al., **Cidade**: usos & abusos. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- MARCÍLIO, M.L. **Caiçara, terra e população**: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

- MARTINE, G. Adaptação de migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H.A. (coord.), **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Etene/BNB, 1980.
- _____. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 1, jan./jul. 1994.
- MARTINE, G. e PELIANO, J.C.P. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Brasília: IPEA, 1978.
- MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. **Os camponeses e a política**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **A militarização da questão agrária**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MEDEIROS, R.M. **Mulher, terra e trabalho: estudo de caso em duas comunidades de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado. Lavras: PPGA-UFLA, 2001.
- MOURA, M.M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.
- POSEY, D.A. Manejo de florestas secundárias. In: RIBEIRO, B., **Suma etnológica brasileira**. Volume 1: Etnobiologia. 2ª edição. Petrópolis: Vozes/Finep, 1987.
- POTENGY, G.F. O processo de inserção do migrante na sociedade urbano-industrial. In: MOURA, H.A. (coord.), **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Etene/BNB, 1980.
- RACHE, A.L. **Contribuição ao estudo da economia mineira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- RIBEIRO, E.M. As invenções de migrantes. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, ano VI, n. 17, set./dez. 1993.
- _____. **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: Cedefes, 1996.
- _____. (coord.). **Migrações, treinamento de mão-de-obra e mercado de trabalho: o caso do nordeste de Minas Gerais 1960/1990**. Relatório de pesquisa Fapemig, projeto SHA 2796/97. Lavras, MG, 2001.
- RIBEIRO, E.M. e GALIZONI, F.M. Sistemas agrários e reprodução familiar: o caso dos lavradores do alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: GAMA, H. e COSTA, H., **População e meio ambiente**. São Paulo: Senac, 2000.
- RIBEIRO, E.M., GALIZONI, F.M. e ASSIS, T.P. Capacitação e mobilidade profissional de migrantes de Minas Gerais na construção civil de São Paulo. **Travessia – Revista do Migrante**, ano XVI, n. 45, jan./abr. 2003.
- RIBEIRO, J.T.L. e CARVALHO, J.A.M. de. A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com enfoque na migração de retorno. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 16, ns. 1-2, jan./dez. 1999.
- RIOS-NETO, E. e VIEIRA, P. M. D. Mulheres de migrantes sazonais no vale do Jequitinhonha. In: NABUCO, M. R. (org.), **Contradição do desenvolvimento agrícola em Minas: uma perspectiva regional**. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 1990.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de pós-guerra. In: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R., **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, M.A.M. **As mulheres de grotas e veredas**. São Paulo: SPM, s/d.
- _____. **Como expulsar o camponês do proletário**. Mimeo, 1988.
- SINGER, P. **A economia política da migração**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M.R. (org.), **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: PUC, 1999.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WAIBEL, L. As zonas pioneiras do Brasil. In: **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WOORTMANN, E.F. e WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Editora UnB, 1997.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 7, n. 1, jan./jun. 1990.

Abstract

The paths of São Paulo: migrations and urban work by peasants from Minas Gerais

This article analyzes the history of farm workers who migrated annually from the Jequitinhonha and Mucuri River Valleys, in the state of Minas Gerais, to the city of São Paulo, during the 1960s and until the late 1970s, after which job openings in the cities eventually dwindled. The article investigates these labour experiences, which were simultaneously rural and urban, and concludes that there were few relationships between them: experience on the farms was not useful in the city, where civil construction adapted its work to the migrants. Likewise, skills learned in the city did not affect the already installed systems of production. Their political organization, built up in the 1980s and 1990s, is only distantly related to the urban experience. In the narratives, the workers' rural and urban history were virtually foreign to one another, even though they were both mediated by their community of origin, by concern for relatives and by the culture proper to peasant societies.

Key words: Farm workers. Labour life cycle. Rural labour. Urban labour. Family solidarity. Jequitinhonha Valley. Mucuri Valley. São Paulo. Minas Gerais.

Recebido para publicação em 12/05/2004.

Aceito para publicação em 11/01/2005.